

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO – INTRODUÇÃO	19
1.1 Fontes do Direito do Trabalho.....	19
1.1.1 Classificação.....	19
1.1.2 Hierarquia entre as fontes justralhistas	20
1.2 Princípios do direito do trabalho	21
1.2.1 Princípio da proteção	21
1.2.2 Princípio da irrenunciabilidade de direitos	22
1.2.3 Princípio da continuidade da relação de emprego.....	23
1.2.4 Princípio da primazia da realidade.....	24
1.2.5 Princípio da inalterabilidade contratual lesiva.....	24
1.2.6 Princípio da intangibilidade salarial.....	24
1.3 Relação de trabalho e relação de emprego – Diferenciação.....	25
1.3.1 Relação de trabalho autônomo.....	26
1.3.2 Relação de trabalho avulso	26
1.3.3 Relação de trabalho eventual.....	27
1.3.4 Relação de trabalho institucional	27
1.3.5 Relação de trabalho – Estágio.....	27
1.3.6 Relação de trabalho – Trabalho voluntário.....	29
1.3.7 Salão parceiro – Profissional parceiro.....	29
1.4 Requisitos Caracterizadores da Relação de Emprego	32
1.4.1 Trabalho por pessoa física	32
1.4.2 Pessoaalidade.....	32
1.4.3 Não eventualidade	33
1.4.4 Onerosidade	33
1.4.5 Subordinação.....	34
1.5 Questões.....	34

CAPÍTULO 2 – CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	37
2.1 Conceito de contrato individual de trabalho.....	37
2.2 Sujeitos do contrato de trabalho	38
2.2.1 Empregado.....	38
2.2.1.1 Conceito	38
2.2.1.2 Trabalho em domicílio e o Teletrabalho	38
2.2.1.3 Empregado – Outras espécies.....	40
2.2.2 Empregador.....	49
2.2.2.1 Conceito	49
2.2.2.2 Grupo econômico.....	49
2.3 Sucessão de empregadores	51
2.3.1 Conceito	51
2.3.1.1 Dono da obra.....	53
2.3.1.2 Contratos de subempreitada.....	55
2.3.1.3 Empregador – Outras espécies	56
2.4 Características do contrato de trabalho	56
2.5 Classificação dos contratos de trabalho	57
2.5.1 Contrato tácito.....	57
2.5.2 Contrato expresso	57
2.5.3 Contrato escrito.....	57
2.5.4 Contrato verbal.....	57
2.5.5 Contrato por prazo indeterminado.....	58
2.5.6 Contrato por prazo determinado.....	58
2.5.7 Contrato intermitente	58
2.6 Contrato por prazo determinado da CLT.....	60
2.7 Terceirização	62
2.8 Questões	64
CAPÍTULO 3 – ALTERAÇÃO, INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	75
3.1 Alteração bilateral – Regra geral	75
3.2 Alteração unilateral: <i>jus variandi</i> e <i>jus resistentiae</i>	76

3.3	Transferência de empregados.....	76
3.4	Interrupção: conceito e hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.....	79
3.4.1	Conceito.....	79
3.4.2	Hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.....	79
3.4.3	Férias.....	82
3.5	Suspensão: conceito e hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.....	87
3.5.1	Conceito.....	87
3.5.2	Hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.....	88
3.6	Questões.....	89
CAPÍTULO 4 – REMUNERAÇÃO E SALÁRIO.....		99
4.1	Remuneração – Conceito.....	99
4.2	Gorjeta.....	99
4.3	Salário.....	100
4.3.1	Conceito.....	100
4.3.2	Características do salário.....	100
4.3.3	Tipos de salário.....	101
4.3.3.1	Salário básico.....	101
4.3.3.2	Salário <i>in natura</i>	102
4.3.3.2.1	Observações importantes sobre o salário <i>in natura</i> ...	102
4.3.3.3	Sobressalário.....	103
4.3.3.4	Salário complessivo.....	104
4.3.4	Defesa do salário.....	105
4.3.4.1	Defesa do salário em face do empregador.....	105
4.3.4.2	Defesa dos salários em face dos credores do empregado.....	105
4.3.4.3	Defesa do salário em face dos credores do empregador.....	105
4.4	Atividades insalubres e perigosas.....	107
4.4.1	Atividades insalubres.....	107
4.4.2	Atividades perigosas.....	109
4.5	Equiparação salarial.....	112
4.5.1	Observações.....	114
4.6	Descontos no salário.....	115

4.7	Gratificação natalina	116
4.8	Questões	119
CAPÍTULO 5 – JORNADA DE TRABALHO		129
5.1	Jornada diária, semanal e turnos ininterruptos de revezamento	129
5.2	Formas de prorrogação de jornada.....	130
5.3	Tempo de sobreaviso e prontidão	133
5.4	Empregados excluídos do controle de jornada.....	134
5.5	Intervalos inter e intrajornada.....	135
5.5.1	Intervalo interjornadas	135
5.5.2	Intervalo intrajornada	136
5.6	Variações de horário	138
5.7	Trabalho em regime de tempo parcial.....	140
5.8	Trabalho noturno	141
5.9	Repouso semanal remunerado (RSR) e feriados.....	142
5.10	Jornada do advogado	144
5.11	Aprendiz.....	144
5.12	Jornada do bancário	145
5.13	Registro de ponto	146
5.14	Questões	147
CAPÍTULO 6 – AVISO PRÉVIO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		157
6.1	Aviso prévio	157
6.1.1	Conceito	157
6.1.2	Prazo do aviso	157
6.1.3	Consequências jurídicas da falta do aviso	158
6.1.4	Redução de horário.....	159
6.1.5	Reconsideração do aviso prévio.....	160
6.1.6	Justa causa no curso do aviso prévio	160
6.1.7	Estabilidade durante o aviso prévio.....	161
6.2	Terminação do contrato de trabalho	161
6.2.1	Dispensa do empregado por justa causa.....	163

6.2.2	Rescisão indireta	168
6.2.3	Culpa recíproca.....	169
6.2.4	Força maior	169
6.2.5	Fato do príncipe ou <i>factum principis</i>	170
6.2.6	Dispensa discriminatória.....	170
6.2.7	Extinção do contrato por morte do empregado.....	170
6.2.8	Extinção do contrato por tempo determinado	171
6.2.9	Distrato	171
6.3	Homologação das verbas trabalhistas	172
6.4	Homologação de acordo extrajudicial.....	173
6.5	Quitação anual das obrigações trabalhistas	174
6.6	Contratação pela administração pública sem concurso público	175
6.7	Questões	176
CAPÍTULO 7 – ESTABILIDADE E FGTS		189
7.1	Indenização e Estabilidade Decenal da CLT e Instituição do Regime do FGTS....	189
7.2	Hipóteses de Estabilidade Provisória.....	194
7.2.1	Dirigente sindical	194
7.2.2	Empregados eleitos membros da CIPA.....	196
7.2.3	Gestante	197
7.2.4	Empregado que gozou de auxílio-doença acidentário	199
7.2.5	Empregados eleitos membros do conselho curador do FGTS.....	200
7.2.6	Empregados membros do CNPS	200
7.2.7	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	201
7.2.8	Empregados eleitos membros de comissão de conciliação prévia.....	201
7.2.9	Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores	201
7.2.10	Empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda	201
7.2.11	Programa especial de suporte a empregos.....	202
7.3	Ajuizamento de Reclamação Trabalhista	203
7.4	Questões	203

CAPÍTULO 8 – PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	213
8.1 Noções Gerais.....	213
CAPÍTULO 9 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	219
9.1 Conceito	219
9.2 Organização Sindical	219
9.2.1 Conceito	219
9.2.2 Princípios da liberdade associativa e sindical e da autonomia sindical	220
9.2.2.1 Princípio da liberdade sindical	220
9.2.2.2 Princípio da autonomia sindical	220
9.2.3 Categoria econômica, profissional e diferenciada.....	221
9.2.4 Sindicato, federação, confederação e centrais sindicais.....	222
9.2.5 Unicidade sindical	223
9.3 Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho	223
9.3.1 Conceito e sujeitos	223
9.3.2 Requisitos de validade e formalidades	227
9.4 Greve	229
9.4.1 Conceito	229
9.4.2 Peculiaridades	230
9.4.3 <i>Lockout</i>	231
9.5 Dissídio coletivo	232
9.5.1 Conceito	232
9.5.2 Poder normativo	232
9.5.3 Cabimento.....	233
9.5.4 Classificação.....	234
9.5.5 Partes e iniciativa	235
9.5.6 Competência de julgamento.....	236
9.5.7 Procedimento.....	236
9.5.8 Sentença normativa.....	238
9.5.9 Ação de cumprimento	241

9.6	Mediação e arbitragem.....	243
9.7	Questões	244
CAPÍTULO 10 – CONCEITO, AUTONOMIA, FONTES, PRINCÍPIOS E FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS		249
10.1	Conceito	249
10.2	Autonomia do Direito Processual do Trabalho	249
10.3	Fontes do Direito Processual do Trabalho.....	250
10.4	Princípios do Direito Processual do Trabalho	252
10.4.1	Função dos princípios	253
10.4.2	Princípios gerais do direito com destaque no Processo do Trabalho e princípios do Processo do Trabalho	253
10.4.2.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	253
10.4.2.2	Princípio da inércia ou dispositivo ou da demanda	253
10.4.2.3	Princípio do impulso oficial ou inquisitivo	254
10.4.2.4	Princípio do <i>jus postulandi</i>	254
10.4.2.5	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias no Processo do Trabalho	254
10.4.2.6	Princípio da proteção ou da tutela	255
10.4.2.7	Princípio da oralidade	256
10.4.2.8	Princípio da conciliação.....	256
10.4.2.9	Princípio da imediatidade ou da imediação	256
10.4.2.10	Princípio da busca da verdade real.....	257
10.4.2.11	Princípio da normatização coletiva.....	257
10.4.2.12	Princípio da extrapetição	258
10.5	Formas de Solução dos Conflitos Trabalhistas	258
10.5.1	Autocomposição.....	259
10.5.2	Autodefesa	259
10.5.3	Heterocomposição.....	259
10.6	Questões	260
CAPÍTULO 11 – JUSTIÇA DO TRABALHO		263
11.1	Organização da Justiça do Trabalho	263

11.1.1	Tribunal Superior do Trabalho – TST	263
11.1.2	Tribunal Regional do Trabalho – TRT	265
11.1.3	Juiz do Trabalho.....	266
11.1.4	Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho	268
11.1.5	Dos distribuidores	268
11.2	Ministério Público do Trabalho	269
CAPÍTULO 12 – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO		271
12.1	Competência	271
12.2	Competência Material e em Razão da Pessoa	271
12.3	Competência em Razão da Função.....	278
12.4	Competência Territorial	278
12.5	Competência em Razão do Valor	279
12.6	Competência Internacional.....	280
12.7	Conflito de Competência	280
12.8	Questões	283
CAPÍTULO 13 – PARTES E PROCURADORES.....		285
13.1	Conceito	285
13.2	Capacidade	285
13.2.1	Capacidade de ser parte	285
13.2.2	Capacidade processual.....	285
13.2.3	Capacidade postulatória.....	286
13.3	Representação e Assistência.....	286
13.4	<i>Jus postulandi</i>	288
13.5	Sucessão Processual	289
13.5.1	Conceito	289
13.5.2	Hipóteses	289
13.6	Substituição Processual	290
13.6.1	Conceito	290
13.6.2	Cooperativa como substituta processual	290
13.6.3	Sindicato como substituto processual.....	291

13.6.4	Rol de substituídos.....	291
13.6.5	Interrupção da prescrição.....	291
13.6.6	Substituição processual pelo sindicato na ação rescisória.....	292
13.7	Litisconsórcio.....	292
13.7.1	Conceito.....	292
13.7.2	Classificação do litisconsórcio.....	292
13.7.3	Litisconsórcio na CLT.....	293
13.7.4	Prazo para litisconsortes com procuradores diferentes.....	294
13.8	Procuração.....	294
13.9	Honorários Advocatícios.....	296
13.10	Justiça Gratuita.....	300
13.10.1	Beneficiários da Justiça Gratuita.....	300
13.10.2	Abrangência do benefício da gratuidade da justiça.....	302
13.10.3	Não Extensão do Benefício da Gratuidade da Justiça.....	303
13.10.4	Modulação da Concessão dos Benefícios.....	304
13.10.5	Requerimento da Gratuidade da Justiça.....	304
13.10.6	Impugnação ao Pedido de Gratuidade da Justiça.....	306
13.10.7	Recurso.....	306
13.11	Assistência judiciária.....	306
13.12	Deveres das Partes.....	308
13.13	Litigância de Má-Fé.....	309
13.14	Questões.....	310
CAPÍTULO 14	– NULIDADES.....	315
14.1	Conceito e Classificação.....	315
14.2	Princípios.....	316
14.3	Questão.....	317
CAPÍTULO 15	– ATOS, PRAZOS E TERMOS PROCESSUAIS.....	319
15.1	Atos Processuais.....	319
15.1.1	Considerações Gerais.....	319
15.1.2	Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho.....	319

15.1.3	Informatização do processo judicial	320
15.1.3.1	Do acesso	321
15.1.3.2	Da disponibilidade do sistema.....	322
15.1.3.3	Petições e documentos.....	324
15.1.3.4	Atos Processuais	325
15.1.3.5	Contagem dos Prazos Processuais.....	326
15.1.4	Comunicação dos atos processuais	327
15.2	Termos Processuais	328
15.3	Prazos Processuais	329
15.3.1	Classificação dos prazos	329
15.3.2	Início e contagem dos prazos processuais	329
15.3.3	Principais prazos trabalhistas	334
15.4	Questões	335
CAPÍTULO 16 – AÇÃO TRABALHISTA.....		337
16.1	Conceito de Ação	337
16.2	Procedimentos no Processo do Trabalho.....	337
16.2.1	Procedimento sumário	338
16.2.2	Procedimento sumaríssimo	338
16.2.3	Procedimento ordinário	340
16.3	Comissão de Conciliação Prévia	340
16.4	Questões	341
CAPÍTULO 17 – PETIÇÃO INICIAL		345
17.1	Reclamação Trabalhista Verbal e Escrita	345
17.2	Aditamento da petição inicial	348
17.3	Emenda e indeferimento da Petição Inicial.....	349
17.4	Desistência da Ação	351
17.5	Questões	351
CAPÍTULO 18 – AUDIÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO		353
18.1	Considerações Gerais	353

18.2	Trâmite da Audiência.....	354
18.3	Comparecimento das Partes em Audiência	355
18.4	Consequências do não Comparecimento das Partes em Audiência	356
18.5	Questões	358
CAPÍTULO 19 – CONCILIAÇÃO		365
19.1	Conciliação nos Dissídios Individuais e Coletivos	365
19.2	Questões	367
CAPÍTULO 20 – RESPOSTAS DO RÉU		369
20.1	Espécies de Respostas do Réu.....	369
20.2	Exceções	369
20.2.1	Exceção de incompetência.....	370
20.2.2	Exceção de suspeição e impedimento.....	372
20.3	Contestação	376
20.3.1	Prescrição.....	379
20.3.2	Compensação e Retenção	387
20.4	Reconvenção	387
20.5	Impugnação ao Valor da Causa	388
20.6	Questões	389
CAPÍTULO 21 – PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO		393
21.1	Fase Probatória	393
21.2	Ônus da Prova	393
21.3	Meios de Prova.....	397
21.3.1	Depoimento pessoal e interrogatório.....	398
21.3.2	Prova testemunhal	399
21.3.3	Prova documental	401
21.3.4	Prova pericial	402
21.3.5	Inspeção judicial	405
21.4	Prova Emprestada.....	405

21.5	Ata Notarial	405
21.6	Questões	406
CAPÍTULO 22 – SENTENÇA E COISA JULGADA		415
22.1	Conceito e Características.....	415
22.2	Publicação da sentença	417
22.3	Sentença de improcedência liminar do pedido	417
22.4	Julgamento antecipado parcial do mérito	418
22.5	Coisa Julgada.....	419
CAPÍTULO 23 – RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO		421
23.1	Conceito	421
23.2	Princípios dos Recursos no Processo do Trabalho	421
23.3	Características Gerais dos Recursos	421
23.4	Efeitos dos Recursos	423
23.4.1	Devolutivo	423
23.4.2	Suspensivo	424
23.4.3	Translativo	424
23.4.4	Substitutivo.....	424
23.4.5	Extensivo.....	425
23.4.6	Regressivo.....	425
23.5	Pressupostos de Admissibilidade	426
23.6	Recursos em Espécie.....	435
23.6.1	Recurso ordinário.....	435
23.6.2	Recurso de revista.....	440
23.6.2.1	Natureza	440
23.6.2.2	Hipóteses de cabimento	440
23.6.2.3	Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista....	441
23.6.2.4	Prequestionamento	443
23.6.2.5	Transcendência	444

23.6.3 Embargos ao TST.....	445
23.6.4 Agravo de instrumento.....	447
23.6.5 Embargos de declaração.....	449
23.6.6 Agravo de petição	451
23.6.7 Agravo interno e agravo regimental.....	451
23.7 Questões.....	454
CAPÍTULO 24 – EXECUÇÃO.....	469
24.1 Títulos Executivos Trabalhistas Judiciais e Extrajudiciais.....	469
24.2 Execução Provisória e Definitiva.....	470
24.3 Liquidação.....	471
24.4 Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente	473
24.5 Execução de Prestações Sucessivas	478
24.6 Execução contra a Fazenda Pública	478
24.7 Embargos de Terceiros.....	479
24.8 Exceção de Pré-executividade	480
24.9 Atos de Encerramento da Execução	481
24.10 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	482
24.11 Questões.....	484
CAPÍTULO 25 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO	497
25.1 Ação Rescisória	497
25.2 Mandado de Segurança	499
25.3 Ação de Consignação em Pagamento	501
25.4 Ação Civil Pública.....	502
25.5 Ação de Cumprimento.....	503
25.6 Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave.....	504
25.7 Tutelas de Urgência e Evidência.....	505
25.7.1 Tutela de urgência antecipada	506
25.7.2 Tutela de urgência cautelar.....	506
25.7.3 Tutela de Evidência	507
25.8 Questões.....	508

CAPÍTULO 26 – DISSÍDIO COLETIVO.....	513
26.1 Dissídio Coletivo.....	513
26.2 Questões	516
CAPÍTULO 27 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABA-	
LHO	519
27.1 Introdução.....	519
27.2 Missões da LGPD	520
27.3 Fundamentos	521
27.4 Princípios	521
27.5 Destinatário da LGPD	523
27.6 A quem a lgpd não se aplica	523
27.7 LGPD nas relações de trabalho	524
CAPÍTULO 28 – GABARITOS.....	535